

Memória da reunião do CODIC – 03/06/2020

Assunto: Posicionamento dos membros do CODIC com relação à adesão de atividades Pedagógicas não presenciais - Resolução 13/2020 e Portaria 23/2020/PROENS.

No dia três de junho do ano de dois mil e vinte, às dezenove horas e dez minutos, a professora Patrícia Cambrussi Bortolini, Diretora Geral do *Campus* União da Vitória, do Instituto Federal do Paraná, iniciou a transmissão, utilizando a plataforma do *Google meet*, de uma videoconferência com os membros do Colégio Dirigente do *Campus* União da Vitória (CODIC), para deliberar sobre a adesão, ou não, nas atividades pedagógicas não presenciais, propostas na Resolução nº. 13, de 29 de maio de 2020, e da portaria nº. 23/PROENS, de 03 de junho de 2020.

Participantes: Patrícia Cambrussi Bortolini (Diretora Geral), Drielly Nayara Oleksyszzen Salin (Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão), Carlos Augusto Marcondes Camargo (Diretor de Planejamento e Administração), Celso Canteri (Coordenador do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas), Deividson Luiz Okopnik (Coordenador do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio), Alessandra Cristina Valério e Marcelo D'Ávilla Amaral (representantes dos docentes), Andréa Daniele Müller Mariano e Viviane Aparecida Traversin (representantes dos Técnicos Administrativos em Educação), Reuel Josafá Kulibaba e Marcella Baziuk (representantes dos Discentes), Márcia Relindes König Semianko (representante dos Pais) e Salete Tonon (representante da sociedade civil) e, como convidado, Marcelo de Freitas Bortoli (Professor do IFPR).

Pauta: Consulta aos membros do CODIC, que servirá para orientação da Direção Geral em suas deliberações.

Metodologia: Explicação do histórico das discussões nas reuniões já realizadas, dos documentos institucionais (Resolução n. 10/2020 e a Portaria n. 19/2020/PROENS), questionário aplicado aos alunos, posicionamento dos docentes, posicionamento do Colégio da Gestão Pedagógica do *Campus* (CGPC), votação dos membros do CODIC para adesão, ou não, das atividades pedagógicas não presenciais.

Inicialmente a professora Patrícia fez um breve histórico das discussões sobre as atividades pedagógicas não presenciais (APNPs). Que a discussão com a comunidade teve início após a publicação da Resolução n. 10, de 11 de maio de 2020, que possibilitava a oferta de APNPs no *Campus*. Que a partir disso, iniciaram as consultas com os alunos e seus representantes, com os professores, com a CGPC e com CODIC. Que no dia 20 de maio de 2020 a direção Geral emitiu nota oficial com a posição contrária a adesão as APNPs. Entretanto, ficou aberta a possibilidade de que o *Campus* pudesse vir a aderir as APNPs se fosse estabelecido um novo prazo para a elaboração das propostas. Pois, um dos principais argumentos utilizados para a não adesão era o curto prazo que foi estabelecido para o planejamento das atividades remotas. Após isso, destacou que a gestão do *Campus* veio trabalhando exaustivamente na produção dos documentos necessários para uma futura adesão. Que no dia 29 de maio de 2020 a reitoria emitiu a Resolução n. 13, na qual a reitoria suspendeu o calendário acadêmico para os meses junho e julho, sendo que o retorno presencial (se houver) será a partir de agosto. Que no final da tarde de hoje foi emitida, pela PROENS, a Portaria n. 23 que trata das APNPs, permitindo que os *campi* que não realizaram a adesão às APNPs (regimentadas pela Resolução nº 10), possam assim fazê-la, tendo como limite de carga horária a ser executada por meio remoto, a carga horária dos meses de maio, junho e julho. Porém, as aulas dos meses de março e abril ficam impedidas de serem trabalhadas por APNPs.

Após a apresentação do histórico de trabalho, a professora Patrícia disse que na data de ontem (02/06) foi realizada uma consulta, por meio de uma videoconferência, com os representantes das turmas dos cursos existentes no *Campus* e, também, com todos os docentes. Que não foi aplicado um novo questionário aos alunos visto que o último foi aplicado em menos de 18 dias e, dessa forma,

os dados ainda são recentes. Que hoje pela manhã o CGPC se reuniu para fazer a deliberação de seu posicionamento e que agora consulta o CODIC para sua deliberação.

A palavra foi aberta para questionamentos. Nesse momento, a servidora Viviane solicitou uma rápida exposição dos resultados das votações dos colegiados já consultados.

A professora Patrícia apresentou os resultados quantitativos da consulta realizada com os professores, o qual apontou a intenção favorável para a adesão do *Campus* às APNPs, sendo:

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES	TOTAL DE VOTANTES
23	6	0	29

A professora Drielly apresentou os resultados quantitativos da consulta realizada com o CGPC, o qual também apontou a intenção favorável para a adesão do *Campus* às APNPs, sendo:

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES	TOTAL DE VOTANTES
7	1	0	8

No entanto, a professora Drielly disse que foram levantadas três recomendações. A primeira é com relação à quantidade de atividades não presenciais por turma. O CGPC recomenda que a adesão seja condicionada ao não acúmulo de atividades, principalmente nos primeiros anos, visto que as turmas são heterogêneas e que os alunos têm diferentes condições de aprendizagem e alguns apresentam necessidades educativas específicas. A segunda é com relação às ferramentas utilizadas pelos professores. A recomendação é que sejam utilizadas ferramentas já de uso recorrente dos alunos, para que nessa fase de implementação, as ferramentas adotadas não sejam um empecilho para a aprendizagem dos alunos. A terceira é com relação aos alunos que possuem disciplinas em dependência. A recomendação é que seja ofertada com cautela, visto que os alunos já estão nessa condição por apresentarem dificuldades de aprendizagem nesses componentes curriculares. Logo, caso seja feita a adesão de muitos componentes curriculares, com as atividades remotas, isso possa acarretar prejuízo de aprendizagem nos componentes curriculares em dependência.

Retomada a palavra, a professora Patrícia esclareceu como será realizada a exposição dos representantes de cada segmento da comunidade acadêmica do *Campus*, sendo que a palavra será dada para todos os presentes para que, após suas argumentações, externem seu voto para deliberação do tema.

O professor Marcelo Amaral pediu a palavra para salientar que as recomendações feitas pelo CGPC são muito importantes e solicitou que isso seja divulgado para todos. Disse, também, que foi levantado por um docente, na reunião de colegiado docente, que alguns alunos em regime de dependência externaram a não intenção de que o componente curricular em questão fosse ofertado de forma remota. Mediante isso, os docentes que possuem componentes curriculares em dependência foram orientados para, no caso de adesão do *Campus* e intenção em ofertar APNPs, entrarem em contato com os alunos “dependentes” para verificar as condições de acompanhamento desses alunos.

A palavra foi passada para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão para suas argumentações. A professora Drielly disse que as últimas duas semanas foram de trabalho intenso e que houve uma evolução considerável no que diz respeito aos documentos e fluxos a serem adotados no caso de adesão às APNPs e, dessa forma, acredita que o *Campus* está mais preparado do que na última discussão sobre o tema. Além disso, como os prazos foram ampliados, todos os trabalhos que vem sendo desenvolvidos pela SEPAE e pela COENS convergem para o auxílio dos docentes no planejamento das APNPs. Ao final, concluiu com seu voto favorável a adesão do *Campus* às APNPs.

A palavra foi passada para o servidor Carlos, Diretor de Planejamento e Administração. O Diretor Carlos disse que vê o trabalho bem adiantado, em relação à última reunião, e por esse motivo votou favorável à adesão.

A palavra foi passada para o professor Celso, Coordenador do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, fazer suas argumentações. O professor Celso iniciou declarando seu voto como favorável à adesão do *Campus*, mesmo sabendo que serão encontradas algumas limitações por parte dos professores e dos alunos, além de algumas limitações técnicas. Disse que o fato de não ser possível definir uma data de retorno presencial é prejudicial para os alunos e que as APNPs podem contribuir com os anseios dos estudantes. Destacou que, como comentado pelas Diretoras Patrícia e Drielly, foi realizado um trabalho sobre o tema e que, dessa forma, acredita que o *Campus* está mais preparado para a adesão. Destacou, também, que os planos das APNPs devem conter estratégias para atender aqueles alunos que por ventura não possam acompanhar.

A palavra foi passada para o professor Deividson, Coordenador do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, fazer suas considerações. O professor Deividson disse que mantém seu voto favorável a adesão, visto que os trabalhos já executados, e do planejamento prévio que foi desenvolvido até então.

A professora Patrícia pediu para o Professor Deividson explicar sobre a campanha de empréstimo e doação de equipamentos que será feita pelo *Campus* e, também, sobre a possibilidade de lançamento de edital de auxílio para conexão com a internet, por parte da reitoria.

O professor Deividson iniciou falando sobre o edital de auxílio para conexão com a internet para alunos e, posteriormente, aquisição de equipamentos. Disse que ainda é uma expectativa, mas com grandes chances de serem aplicados. Que o *Campus* já fez um levantamento dos alunos que possuem dificuldade de acesso. Nesse sentido, o lançamento do edital pelo IFPR pode facilitar na conexão dos alunos para poderem acompanhar as APNPs. Sobre a campanha de empréstimo e doação de equipamentos, esse projeto consiste na possibilidade de obter equipamentos em desuso (notebook, celular, computador, tablet, entre outros) de pessoas da comunidade. Esses equipamentos podem ser emprestados para os alunos, sendo que no final da pandemia o equipamento é devolvido, ou ainda pode ser doado. A previsão de lançamento é para amanhã (04/06).

Foi passada a palavra para os representantes dos docentes, iniciando pela professora Alessandra. A professora Alessandra iniciou relatando que na data de ontem houve a reunião do colegiado docente. Que houve uma definição mais clara sobre o posicionamento do corpo docente. Que permanecem algumas das preocupações, como o agravamento da exclusão dos alunos que já estão com dificuldade de acesso, dificuldades econômicas, familiares. Entretanto, houve a ampliação do prazo dado pela nova Resolução e o aumento de alunos se posicionando favoráveis à adesão. Que não podemos nos render a apatia geral. Que somos uma instituição tecnológica e, dessa forma, devemos utilizar a tecnologia. Os professores, em sua maioria, considerando a campanha de doação de equipamento entre outros pontos, acreditam ser válida a adesão as APNPs. Com isso concluiu seu voto como favorável à adesão as APNPs.

O aluno Reuel solicitou a palavra para complementar a fala do professor Deividson. Disse que no período da tarde de hoje refez a análise da pesquisa com os alunos, e disse que ainda aparecem alunos com dificuldades em acompanhar por falta de equipamentos, chegando a aproximadamente 115 alunos que precisariam de equipamento ou acesso a internet. Entretanto, o empréstimo pode resolver esse problema, mas questionou quando isso será realizado e por quanto tempo o aluno ficará com esse equipamento. Mesmo assim não conseguiria atingir todos os alunos e que dessa forma a adesão ainda seria excludente.

A professora Patrícia respondeu que ontem, na reunião com os professores, foi discutido sobre a falta de amparo por parte do Estado, com relação às diversas questões e, com isso, recai sobre o

*Campus* a responsabilidade em tentar sanar a acessibilidade tecnológica dos alunos. Dessa forma, a possibilidade de atingir esses alunos vai depender do resultado da campanha de empréstimo e doações, mas que não é possível responder, no momento, quantos alunos serão atendidos.

O professor Celso tomou a palavra para comentar sobre o fato de alguns alunos necessitarem dividir equipamentos, e que isso pode ser um problema para o acompanhamento das atividades síncronas, mas que é possível disponibilizar atividades não necessariamente com a presença virtual, sendo realizadas de forma *offline*. Entretanto, na construção do plano de atividades, os professores deverão prever formas de atender os alunos que não consigam acompanhar as APNPs.

Na sequência, a palavra foi passada para o professor Marcelo Amaral para a continuação da votação. O professor Marcelo iniciou apontando seu voto como favorável. Entretanto pediu para registrar que seu voto individual, como docente, no momento da reunião do colegiado, foi contrário a adesão. Mas agora, após as novas informações expostas pelo colegiado docente, busca representar a categoria, respeitando os votos dos professores, e que o número de professores que estão dispostos a trabalhar com atividades remotas foi muito superior aos que não querem a adesão. Outro ponto perceptível é que os professores estão mais preparados para assumir as atividades remotas. Disse que ontem, após a reunião de colegiado, solicitou para que os docentes entrassem em contato com ele para apresentarem argumentos que pudessem ser apresentados ao CODIC. Obteve três argumentos. Dentre eles um que respondeu sim a adesão, outro não, e outro que ficou indeciso. Fez questão de apresentar os comentários dos três professores, como segue:

Professor 1 (favorável a adesão): “A democracia não inclui o direito a ataques, ofensas, ironias e demais comportamentos desairosos por parte de pessoas que não conhecem a realidade do IF, não conhecem a missão do IF, e conhecem menos ainda nossa trajetória e as lutas que precisamos vencer para estarmos onde estamos, hoje” e “A certeza de que ataques proferidos por pessoas da qualidade demonstrada nos lamentáveis eventos aqui mencionados, garantem que nosso trabalho está sendo bem feito e deve ser não apenas continuado, como mesmo intensificado e aprimorado, em todos os sentidos”.

Professor 2 (indeciso a adesão): “as ações propostas pela reitoria (como um todo, em geral) sobre as APNP são sempre OU feitas de forma autocrática (de cima pra baixo, tipo faça-se valer) OU caracterizam falta de planejamento, já que sempre feitas de forma muito apressada e em cima da hora.”

Professor 3 (contrário a adesão): “1. Considerando a não-normalidade dos estados de coisas nas sociedades do mundo, há falta de debate democrático em amplas instâncias aqui no Brasil; 2. A nossa estabilidade de emprego se justifica mesma pela resistência aos agentes políticos de ocasião; 3. A rede da qual fazemos parte possui uma visão humanitária da educação e da formação profissional; 4. Os aspectos emocionais, de todos os lados, não são considerados quase sempre; 5. Não há, atualmente na rede, uma regulamentação do trabalho remoto; sequer os servidores são chamados ao diálogo para tanto; 6. O ENEM foi usado como instrumento de pressão de volta às aulas, fugindo à sua função de mudança da realidade brasileira. A formação para o mundo do trabalho que oferecemos não se dá de modo meramente tecnicista”.

Continuando a votação, a palavra foi passada para os representantes discentes, iniciando pela acadêmica do curso de TI, Marcela. A aluna Marcela falou que vem percebendo bastante agitação nesse momento de pandemia. Que tem conversando bastante com os estudantes, que vários pontos estão sendo levantados, baseados no questionário, tensionado favoravelmente ao ensino remoto, mas por outro lado as preocupações que surgem nas questões familiares e econômicas dos alunos. Disse que o fato do *Campus* não ter aderido num primeiro momento foi assertiva e ajudou a acalmar aqueles que teriam dificuldades e que agora os alunos estão se sentindo mais seguros em conseguirem acompanhar as atividades. Finalizou com seu voto favorável a adesão do *Campus*, desde que seja com muita cautela.

A palavra passada para o acadêmico do curso de TI, Reuel. Reuel disse que separou quatro pontos para argumentar, mas um já foi tratado anteriormente. Disse que vem a esse CODIC com algumas argumentações de seus pares. Sobre os argumentos favoráveis, o encurtamento das reposições futuras; que a maioria possui condições de acompanhar as atividades por possuírem equipamentos necessários, além de um bom acesso a internet; a continuidade do estágio obrigatório; e a preocupação (exclusiva dos formandos) com os vestibulares e a formatura. Com relação os vestibulares, acreditam que os vestibulares não sejam adiados, em sua maioria, e que isso pode prejudicar o ingresso no ensino superior. Com relação à formatura, têm receio com a quebra de contrato já firmado com a empresa. Mas que solicitaram uma reunião com a empresa e que o assunto será tratado diretamente entre a comissão de formatura e a empresa. Sobre os argumentos contrários, disse que alguns alunos não veem a retomada das atividades presenciais acontecendo ainda esse ano e que as atividades remotas vão contra os princípios do IFPR. Sendo assim, acreditam que a posição mais assertiva seria o cancelamento do ano letivo 2020. Entretanto, caso o posicionamento do *Campus* seja para a adesão às atividades remotas, que isso deve ser tratado com muita cautela e muito bem planejamento para evitar a sobrecarga de atividades. Além disso, deve-se sempre buscar o diálogo com os alunos sobre o aproveitamento das atividades em termos de aprendizagem. Continuando sua argumentação, o Reuel retomou três pontos já apresentados na última reunião do CODIC. Por fim, questionou como será realizado o trabalho para o aluno que optar por não realizar as APNPs, seja por falta de equipamentos, acesso a internet, tempo, entre outros fatores. Se os alunos são obrigados a tentarem acompanhar, caso o *Campus* venha a aderir às atividades remotas. E no caso de não obrigatoriedade, como fica a retomada de conteúdos para esses estudantes.

Em resposta, a professora Patrícia disse que os documentos que regulamentam as APNPs amparam os alunos que não consigam acompanhar as atividades. Que fica a cargo do docente um planejamento, quando no retorno presencial, para que a carga horária seja repostada para o aluno. A partir do momento que um professor oferte um componente curricular com atividades remotas, os alunos não são obrigados a acompanharem.

O professor Deividson complementou que, mesmo o professor definindo uma carga horária em seu planejamento de atividades remotas, ele pode avaliar, no decorrer das atividades, o aproveitamento dos alunos dos conteúdos propostos e, se perceber que o aproveitamento é baixo, ele pode interromper as APNPs e aguardar o retorno presencial para a retomada dos conteúdos e a reposição da carga horária.

O Reuel retomou a palavra, disse ainda estar indeciso em definir seu voto. Que apesar de pensar contrariamente a adesão, mas levando em consideração o anseio da maioria dos alunos, concluiu com seu voto favorável a adesão do *Campus* às APNPs.

A palavra retornou para a professora Patrícia, a qual disse que todos os membros desse CODIC podem, após ouvir os argumentos e conclusão de voto de todos os participantes, pedir a palavra para confirmar ou reconsiderar seu voto. Outro ponto que considerou necessidade em esclarecer sobre a formatura. Disse que a formatura é composta em duas etapas. A primeira, a certificação do ensino médio técnico, gratuita, por meio de ato solene e por conta do IFPR. A segunda, a confraternização que é de responsabilidade dos alunos, se a turma quiser realizar.

Dando sequência na votação, a palavra foi passada para os representantes dos técnicos administrativos em educação, iniciando com a Andréa. A Andréa disse que é um momento difícil de entender toda a situação vivida pela sociedade. Todavia disse que não mudará seu voto e que continua sendo contrária a adesão as APNPs. Disse que já foram colocados vários pontos favoráveis e contrários, mas que vivemos um cenário de incerteza e que, analisado todos os aspectos, não consegue se posicionar favoravelmente. Que o IFPR deve prezar pela inclusão e que deve considerar as questões emocionais, psicológicas, familiares, disponibilidade de tempo e equipamentos, alunos com necessidades educativas específicas, a qualidade do ensino, entre outros, fazendo que seu voto se mantenha. Que deve ser pautada a discussão de possível cancelamento do ano letivo. Que respeita o pensamento dos professores e alunos que são favoráveis à adesão.

A palavra foi passada para a Viviane fazer suas considerações. A servidora Viviane reforçou as palavras da professora Alessandra. Disse que vê a preocupação dos professores com relação aos alunos e, também, com o cenário atual. Mesmo assim, após ouvir os representantes discentes, continua com seu voto contrário à adesão.

O professor Marcelo Amaral solicitou a palavra. Pediu para que os representantes externos busquem difundir as discussões para que a comunidade, principalmente os alunos e pais de alunos compreendam que os servidores estão preocupados com todas essas questões, assim como esclarecer que os professores tem ciência da responsabilidade do ensino.

A palavra foi passada para a representante dos pais, a Sra. Márcia. Disse que tentou entrar em contato com os pais. Mas que não conseguiu contato com todos. Que daqueles que falou, a maioria é favorável à adesão, porém que deve se ter cuidado com uma possível sobrecarga de atividades. Que alguns pais se dispõem colaborar com equipamentos e com acesso a internet. Que compreendem que o ensino remoto não é o melhor, porém é um caminho. Em função disso, buscando representar os pais, votou favoravelmente à adesão do *Campus*.

A palavra foi passada para a representante da Sociedade Civil, Sra. Salete. Disse que, como representa a classe trabalhadora, percebe o engajamento do *Campus* em construir um caminho menos traumático para a comunidade escolar. Acredita que a educação será uma forma de nortear a sociedade, contribuindo com uma formação de cidadãos responsáveis. Que nesse sentido, a APP sindicato, a que faz parte, se posicionou a favor do cancelamento do ano letivo no Estado. Que a busca pela inclusão é tão importante, e que na forma como o Estado impôs a atividade remota leva a exclusão. Por outro lado, se o *Campus* pudesse garantir o acesso dos estudantes, o ensino remoto poderia ser uma possibilidade, mas como não se tem essa garantia e, por acreditar que isso vai gerar a exclusão, confirmou seu voto como contrário à adesão as APNPs. Disse que está sendo discutido com a CNTE, de como se daria o cancelamento do calendário escolar, pois existe a possibilidade de estender o ano letivo de 2020 para os anos futuros. Que não necessariamente deve ficar vinculado ao ano corrido. Que o processo pedagógico é muito complexo e que é difícil acreditar que o ensino remoto proporcionará a aprendizagem dos estudantes. Que gostaria de ouvir o posicionamento do representante dos empregadores, para ampliar o debate. Que entende a pressão sofrida pelo IFPR, por parte da comunidade, mas que por acreditar nas discussões estadual e nacional, mantém seu voto contrário à adesão.

Por fim, a professora Patrícia tomou a palavra para externar seu posicionamento, considerando o regimento do CODIC. Disse que compreende todos os argumentos apresentados e que respeita a posição de cada um dos integrantes da comunidade acadêmica. Mas que acredita que o IFPR deve colocar-se para a comunidade. Sabe que será um grande desafio por considerar que o processo de ensino-aprendizagem não se completa sem o contato presencial, sem afetividade, sem troca de experiência. Entretanto, existe a possibilidade de sucesso das atividades remotas em enfrentamento ao cenário atual e que, dessa forma, não pode retirar essa alternativa dos professores e alunos. Sendo assim, concluiu seu voto favorável à adesão do *Campus*.

Os representantes dos discentes solicitaram a palavra para reconsiderarem seus votos. Iniciando pelo Reuel disse que a pandemia trouxe, ou deveria trazer, um olhar mais humano. E que em função de tudo o que ouviu e analisou, alterou seu voto, posicionando-se contrário a adesão do *Campus*. Com a palavra, a Marcela também pediu para reconsiderar seu voto. Disse que por acreditar que as questões didáticas e sociais dependem de contato presencial e afetividade, decidiu alterar seu voto, posicionando-se contrária à adesão.

Finalizada a votação a, a professora Patrícia apresentou o resultado da votação de colégio de dirigentes, sendo:

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES	TOTAL DE VOTANTES
8	5	0	13

Após o resultado da votação, a professora Patrícia lembrou que o regimento do CODIC permite a manifestação quanto ao registro individual do voto a ser registrado em ata, podendo o membro solicitar a não divulgação de voto. Com relação a isso, não houve objeção e todos os votos foram descritos.

Com base nas consultas realizadas e respeitando a forma democrática, a Diretora Geral, professora Patrícia, disse que será emitida a portaria de autorização da adesão do *Campus* às atividades pedagógicas não presenciais para a carga horária dos meses de maio, junho e julho que tratam a Resolução 13/2020/IFPR e a Portaria 23/2020/PROENS.

A palavra ficou aberta para considerações finais.

O professor Marcelo Amaral, questionou a ausência do representante dos empregadores. Que o mesmo não vem frequentando as reuniões e que isso é ruim para a disseminação das ações do IFPR junto à sociedade. Pediu, também, para que os representantes da comunidade externa e os representantes dos discentes levem a informação completa para seus pares, mostrando que o *Campus* vem tomando suas decisões de forma democrática e que todos têm trabalhado muito para conseguir atender os anseios da comunidade.

O Reuel pediu para rever a representação dos alunos visto que existem diferentes cursos e da forma como o CODIC está composto, isso possa acarretar na não representatividade dos alunos de diferentes cursos e níveis de ensino.

A Marcela pediu a palavra para suas considerações finais. Gostaria de ressaltar a importância do acompanhamento das condições emocionais e psicológicas dos estudantes e dos docentes.

A professora Patrícia pediu o engajamento de todos no apoio na divulgação da campanha do *Campus* para buscarmos suprir a necessidade dos alunos. Além disso, explicou que o CODIC deverá se reunir, ao final desse processo de atividades remotas, para analisar e validar as APNPs.

Nada mais havendo a tratar, às vinte e uma horas e sete minutos, após 1h57min de reunião, a professora Patrícia encerrou a transmissão e eu, Marcelo de Freitas Bortoli, lavrei a presente transcrição.